PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº 2/2015 - X ENAT

Protocolo de Cooperação que entre si celebram a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os Estados e o Distrito Federal, por meio de suas Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, e os Municípios, representados pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais e pela Confederação Nacional de Municípios, objetivando a criação de agenda permanente para discussões e compartilhamento de informações sobre a aplicação de técnicas e ferramentas de *Business Intelligence* que sejam de interesse comum das administrações tributárias.

A UNIÃO, por intermédio da SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, doravante denominada RFB, os ESTADOS e o DISTRITO FEDERAL, por meio de suas SECRETARIAS DE FAZENDA, FINANÇAS, RECEITA ou TRIBUTAÇÃO, doravante denominadas SEFAZ, e os MUNICÍPIOS, representados pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS, doravante denominada ABRASF, e pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, doravante denominada CNM;

considerando o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, segundo o qual as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio; e

considerando que as administrações tributárias exercem atividades essenciais ao funcionamento do Estado, e que necessitam de aperfeiçoamento das ferramentas e técnicas que permitam se traçar um perfil integral do contribuinte, visando-se a realização de ações mais eficazes no combate à evasão fiscal e o consequente incremento na receita tributária;

RESOLVEM celebrar o presente Protocolo de Cooperação, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partícipes se comprometem a promover, a partir de 2016, reuniões anuais para discutir ferramentas técnicas e tecnologias de *Business Intelligence*, bem assim para compartilhar experiências, boas práticas e resultados obtidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – As partícipes se comprometem a designar servidores com perfil profissional compatível com as atividades a serem desenvolvidas e a alocar, dentro das limitações das disponibilidades orçamentárias do ente, os recursos financeiros necessários a consecução dos objetivos estabelecidos neste Protocolo.

Parágrafo único. As atividades serão executadas por servidores integrantes das carreiras específicas das administrações tributárias partícipes, que serão designados por ato da autoridade titular do respectivo órgão.

CLÁUSULA TERCEIRA - Qualquer dúvida ou controvérsia sobre a aplicação das disposições deste Protocolo será dirimida de comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – Este Protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente Protocolo de Cooperação.

São Paulo - SP. 23 de outubro de 2015.

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Secretaria de Estado da Fazenda do Acre

Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas

Secretaria da Receita Estadual do Amapá

Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Fazenda do Espírito Santo

Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão Secretaria de Estado da Fazenda do Mato Grosso Secretaria de Estado da Fazenda do Mato Grosso do Sul Secretaria de Fazenda de Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Fazenda do Pará Secretaria de Estado da Receita da Paraíba Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro Secretaria de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia

Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina

Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins

Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais

Confederação Nacional de Municípios